



Diálogo do USO DO SOLO



RELATÓRIO SÍNTESE DOS CO-PRESIDENTES

Diálogo Sobre o Uso do Solo (LUD) na Mata Atlântica

Planejamento Territorial Sustentável na região do Alto Vale do Itajaí (PlanRan)

25-28 DE ABRIL DE 2016 – ATALANTA, SANTA CATARINA, BRASIL

Por Ivone Namikawa, Miriam Prochnow, Wigold Schaffer, Chris Buss e
Amity Doolittle



Introdução

A organização The Forests Dialogue (TDF), em parceria com Diálogo Florestal Brasileiro, Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (APREMAVI), Banco Mundial e União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), convocou um Diálogo sobre o Uso do Solo na região do Alto Vale do Itajaí, no estado brasileiro de Santa Catarina.

Os objetivos desse diálogo foram:

- ➔ Iniciar o processo do Diálogo Florestal Brasileiro sobre gestão sustentável e planejamento do uso do solo no Alto Vale do Itajaí,
- ➔ Convocar representantes multisetoriais a fim de mobilizar recursos e realizar intercâmbios de ideias e experiências a respeito do uso da terra a nível territorial e paisagístico,
- ➔ Promover o diálogo e relacionamento entre entidades governamentais visando a implementação do Código Florestal Brasileiro,
- ➔ Promover o desenvolvimento de mosaicos paisagísticos que integrem Unidades de Conservação pública e privada,
- ➔ Facilitar o engajamento entre ONGs, organizações de produção e empresas florestais privadas que tenham como objetivo a restauração territorial.



Land Use Dialogue (LUD) Yale University, New Haven, CT, U.S.

O: +1 203 432 5966 • T: @forestsdialogue • info@theforestsdialogue.org • W: www.theforestsdialogue.org

Association for the Preservation of the Environment and Life (APREMAVI), Atalanta SC, Brasil

O: +55 0xx47 3535 0119 • T: @apremavi • info@apremavi.org.br • W: www.apremavi.org.br

Quarenta e nove participantes representando pequenos produtores locais, ONGs e organizações nacionais e internacionais, empresas florestais, governo brasileiro e instituições de pesquisa, fizeram parte desse diálogo (veja Anexo 1).

O Diálogo foi co-presidido por Ivone Namikawa (Klabin), Miriam Prochnow (Diálogo Florestal Brasileiro), Wigold Schaffer (APREMAVI), Chris Buss (IUCN), e Amity Doolittle (Escola de Estudos Florestais e Ambientais da Universidade de Yale). Esse relatório elaborado pelos co-presidentes esboça as atividades do diálogo e relata suas conclusões mais importantes.

O Alto Vale do Itajaí foi reconhecido como uma paisagem adequada para um Diálogo sobre o Uso do Solo uma vez que as partes interessadas locais haviam identificado o envolvimento de grupos multissetoriais como um componente crítico para a realização de ações sustentáveis sobre o uso da terra baseadas no Sistema de Registro Rural da AMAVI e na longa história de restauração florestal da APREMAVI na região. As partes interessadas no município de Atalanta têm catalisado mudanças conglobando várias partes interessadas a fim de conservar fragmentos florestais existentes e restaurar as áreas naturais degradadas.

Agenda

O Diálogo foi realizado durante 4 dias com visitas de campo e sessões plenárias, suportado por trabalhos e discussões em grupo. As visitas de campo contemplaram várias visitas, nas quais incluíram reuniões e discussões a quatro diferentes propriedades de proprietários de terra locais, a um parque municipal de floresta tropical natural, a um produtor de produtos de madeira de pinho, e às instalações da APREMAVI, como por exemplo, aos viveiros de mudas, às áreas de restauração, às florestas naturais e áreas florestais geridas para a produção. Veja Anexo 2 para a descrição completa dos locais das visitas de campo.



Participantes do diálogo na Apremavi

Contexto: Síntese do Planejamento Territorial Sustentável no Alto Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina (PlanRan)

O primeiro Código Florestal do Brasil é de 1934. Desde então, esta legislação tem passado por modificações, sendo a mais recente a Lei 12.651 de 2012. O Código Florestal traz importantes elementos de ordenamento territorial, definindo Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais, que se estiverem degradadas, devem ser recuperadas. A lei também instituiu o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que tem como objetivo trazer um mapeamento de todas as propriedades rurais no país. Além disso, a Mata Atlântica possui uma legislação específica (Lei 11.428/2006), que define as ações de proteção, restauração e uso sustentável para o bioma. Esse arcabouço legal tem uma contribuição decisiva no planejamento territorial.

De acordo com os dados de 2016 do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, monitoramento realizado desde 1985 pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Santa Catarina foi o terceiro estado que mais desmatou nesses 30 anos, com o suprimimento de 283.168 hectares de florestas. Santa Catarina é um dos poucos estados cujos índices de desmatamento cresceram entre os anos de 2012-2013 e 2013-2014. Após uma longa história de dematamento intenso principalmente devido à produção agrícola, atividades de pastagem e madeira, atualmente apenas 8% da Mata Atlântica permanece no país, em áreas acima de 100 hectares. A maior parte das áreas atualmente são fragmentadas, causando não só a extinção de várias espécies, como também ameaçando a subsistência de comunidades rurais tradicionais as quais dependem da preservação de recursos naturais para a sua própria sobrevivência.

Historicamente, a fragmentação da terra na região foi impulsionada pela extração de madeira nativa. Desde os anos 70, o cultivo do Tabaco contribuiu decisivamente para a destruição dos fragmentos florestais anteriormente já reduzidos a fim de obter lenha necessária para secar as folhas de tabaco. Com a crescente escassez de madeira de florestas nativas, as empresas madeireiras e os pequenos agricultores e fazendeiros começaram a plantar árvores exóticas, como o pinus e eucalipto. Atualmente, as plantações de madeira geram receita para muitos proprietários rurais. Além disso, pequenos agricultores e fazendeiros envolvem-se em uma ampla gama de práticas do uso do solo, incluindo o plantio de milho, soja, feijão, batata-doce, mandioca, bananas, cebolas e criação de animais, incluindo criação de porcos, peixes, ovinos e gado leiteiro.

O Diálogo concentrou-se no Alto Vale do Itajaí, um local com paisagem rica em biodiversidade e com uma intensa história social sobre o uso da terra completamente inserida no Bioma da Mata Atlântica. O local foi selecionado para este primeiro Diálogo Sobre o Uso do Solo uma vez que as partes interessadas já vêm se mostrando comprometidas e contribuindo com a abordagem territorial.



Co-presidente Miriam Prochnow iniciando o diálogo



Participantes do diálogo visitando propriedades rurais



O Sr. Antonio Pesente mostrando sua propriedade para os participantes do diálogo



Co-presidente Chris Buss no campo

Alguns aspectos críticos da abordagem territorial para perfeição o uso da terra incluem:

- ➔ A Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI) tem implementado o seu próprio sistema de Cadastro Ambiental Rural (a ser integrado com o sistema nacional SICAR do Ministério do Meio Ambiente). Esse sistema visa ajudar os agricultores e fazendeiros no cumprimento do código florestal, (veja abaixo), delineando as categorias atuais sobre o uso do solo nos municípios da região. A iniciativa da AMAVI concentra-se no mapeamento de fragmentos florestais situados em fazendas de proprietários locais e prioriza a identificação e proteção de nascentes e a construção de corredores e conexões entre Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente em diferentes tipos de propriedades.
- ➔ O município de Atalanta tem cerca de 810 pequenas propriedades rurais. Aproximadamente 44 por cento de todas as propriedades rurais têm menos de 10 hectares, 55 por cento têm entre 10 e 50 hectares, e apenas 1 por cento tem entre 50 e 100 hectares. De todas as 810 propriedades rurais na cidade, 99 por cento já estão registradas. Cerca de 70 por cento dos pequenos agricultores na região ainda conservam áreas com vegetação nativa localizadas na Reserva Legal.
- ➔ Uma pequena porção da Mata Atlântica está protegida por Unidades de Conservação privada, áreas protegidas além do que é imposto pelo Código Florestal. Estas áreas apresentam grande potencial para a criação de corredores ecológicos, com especial ênfase nos fragmentos de floresta mista, floresta estacional decidual, e áreas de altitude elevada localizadas na região oeste do Estado de Santa Catarina, na fronteira com o norte do Estado brasileiro do Paraná
- ➔ Florestas naturais cobrem 32 por cento do território em Atalanta e apenas 80 hectares de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente precisam ser recuperados, o que representa menos de 1 por cento da área total do município; 13 por cento do território estão reflorestados com pinus e eucalipto, o que representa uma importante fonte de matéria-prima e renda às propriedades locais.



Sessão do diálogo na Apremavi

Observações das Visitas de campo

Ao longo dos 4 dias do diálogo, os participantes discutiram questões críticas durante as visitas aos seguintes locais: a 4 propriedades rurais pertencentes a agricultores locais; às instalações de mudas, áreas de restauração, florestas naturais e áreas florestais manejadas para a produção da APREMAVI; ao parque de floresta tropical natural do Município; e à empresa Scheller Indústria e Comércio de Madeiras.

As principais observações foram identificadas nas sessões plenárias e podem ser agrupadas da seguinte forma: ferramentas e entidades existentes, perspectivas dos agricultores e fazendeiros, e principais pontos de alavancagem.

Ferramentas e entidades de apoio existentes

- ➔ O apoio de ONGs locais é fundamental para fazer avançar os objetivos de sustentabilidade territorial: APREMAVI tem sido muito influente e eficaz no suporte aos esforços de restauração por parte dos fazendeiros e agricultores.
- ➔ Dados e informações locais são fundamentais para a discussão. O sistema de mapas desenvolvido pela AMAVI é altamente legível e útil pois fornece informações detalhadas sobre a localização de nascentes, áreas que necessitam de restauração e potenciais corredores para conectar propriedades dos agricultores e fazendeiros.
- ➔ Leis importantes estão em vigor para apoiar a restauração florestal, como por exemplo a Lei Mata Atlântica e o Código Florestal Brasileiro.
- ➔ Programas federais, como o “PRONAF - Programa Nacional de apoio à agricultura familiar”, podem ser valiosos no apoio aos agricultores e fazendeiros interessados em alternativas aos cultivos anuais, como o plantio de árvores.

Perspectivas dos fazendeiros e agricultores

- ➔ As discussões com os pequenos proprietários locais destacaram o valor de suas contribuições e ajudaram a melhor compreender suas motivações e objetivos nas negociações realizadas com relação a paisagem e o uso da terra. Os fazendeiros e agricultores demonstraram ou expressaram:
 - Alto nível de entendimento com relação à importância das árvores em torno e próximas de nascentes para garantir maior qualidade da água,
 - Um desejo de se afastar da produção de tabaco por diversas razões, principalmente devido à alta demanda de árvores para lenha, e ao excesso de dependência dos pesticidas,



Co-presidente Miriam Prochnow mostrando a paisagem em Atlanta



Co-presidente Amity Doolittle apresentando os resultados das discussões em grupo



Co-presidente Ivone Namikawa apresentando na sessão do diálogo



Edegold Schaffer mostrando a propriedade da Apremavi

- Um forte desejo cultural de que suas fazendas sejam repassadas para seus filhos e portanto a necessidade de manejar sustentavelmente a terra; “nós não pedimos a terra emprestada para nossos pais, porém estamos preservando-a para nossos filhos”,
- A importância de terem acesso a diferentes redes de suporte financeiro caso haja a necessidade de colocar em risco seus meios de subsistência, uma vez que muitos dos proprietários vivem em situação financeira precária,
- Entendimento com relação à mudança climática uma vez que todos os proprietários mencionaram eventos climáticos os quais prejudicaram suas colheitas,
- Entendimento sobre as boas práticas e a necessidade de atividades de restauração a fim de: cumprir com as leis locais e nacionais, expandir a biodiversidade (por exemplo, pássaros, insetos, animais selvagens), e, proteger as fontes de água,
- A importância das pequenas e médias empresas, nas suas estratégias de subsistência, desenvolvimento e a capacidade de implementar experiências empresariais.
- Interesse em plantar árvores de frutas nativas que podem produzir frutas para consumo próprio ou para venda em mercados locais.

Potenciais pontos de alavancagem

- ➔ Há atualmente um certo grau de colaboração entre as propriedades, intercâmbio de ideias e iniciativas, porém isso poderia ser significativamente expandido em escopo,
- ➔ Os fazendeiros e agricultores que conhecemos durante o diálogo são os catalisadores de mudança, líderes em suas comunidades e porta-vozes da proteção florestal. Mais esforço de comunicação será necessário para mobilizar outros fazendeiros e agricultores,
- ➔ Influenciadores-chave em termos de tomada de decisões relacionadas ao uso da terra incluem os compradores dos produtos dos fazendeiros, tais como Pamplona, empresa de processamento de carne de porco,
- ➔ Ampliação e conexão dos pequenos fragmentos florestais a fim de manter a saúde dos solos e da água, protegendo dessa maneira a biodiversidade nativa, e fornecendo florestas naturais e essenciais com o potencial de mitigar os efeitos de mudança climática,
- ➔ Construção de parcerias: a importância de uma forte ONG local, como a APREMAVI a qual pode mobilizar e dar suporte aos agricultores e fazendeiros em seus esforços de conservação e de reflorestamento de suas propriedades. Por exemplo, APREMAVI desempenha um papel crítico na construção de parcerias com diferentes empresas, a fim de promover o manejo florestal e recuperação territorial. Exemplos de parcerias existentes incluem: Matas Legais e Matas Sociais com a Klabin.

Discussões Plenárias (e em grupos)

As sessões do terceiro dia foram dedicadas a duas questões principais

- 1 Quem precisa estar engajado num processo de mudança? e
- 2 Quais os fatores fundamentais que influenciam práticas e ações através do território e do solo?

1 “Quem precisa estar engajado num processo de mudança?”

Representantes dos seguintes setores devem ser envolvidos nos processos de planejamento para garantir que todos os aspectos a respeito do uso do solo em todo o território sejam considerados:

- Setor Público tais como os vários ministérios governamentais relevantes a nível federal, agências de desenvolvimento ambiental e rural do Estado e os serviços de extensão que os tais fornecem
- Sociedade Civil incluindo ONGs, fazendeiros e agricultores, membros da comunidade e organizações de produtores
- Entidades Educacionais
- Setor empresarial e privado que fortemente influenciam o que está acontecendo no território, mesmo nas terras de pequenos agricultores e fazendeiros.

Verificou-se também que duas outras questões merecem uma análise mais aprofundada:

- Quem está resistindo? Como podemos melhor envolver as pessoas que se recusam a participar do processo de mudança? Essa questão foi levantada a partir dos comentários feitos pelos organizadores os quais mencionaram que os principais intervenientes do setor privado haviam sido convidados para o diálogo, mas não compareceram. Ao invés de simplesmente desconsiderar os não-participantes, foi reconhecido que a presença deles era fundamental e, portanto, é importante desenvolver mecanismos para envolver grupos e indivíduos que se recusam a participar.



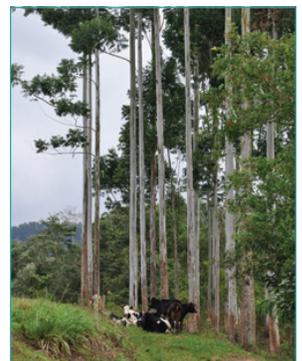
Gary Dunning da TDF em área de restauração da Apremavi



Participantes do diálogo com proprietários rurais locais



Paisagem de Atalanta



Paisagem de Atalanta

- ➔ Relações rural-urbano: Os participantes notaram que existe uma tendência de negligenciar o setor urbano nas discussões. Embora os serviços ambientais sejam importantes para a qualidade de vida nos centros urbanos, as pessoas que moram nesses centros raramente reconhecem completamente o valor dos serviços ambientais.
- ➔ Indígenas: Suas perspectivas sobre ligações culturais e ambientais podem providenciar lições.

2 Quais os fatores fundamentais que influenciam práticas e ações através do território e do solo?

Essa questão gerou uma discussão mais ampla. Os participantes enfatizaram a importância de considerar escala, tanto temporal quanto espacial. Os fatores importantes foram divididos em sociocultural, econômico, político e ambiental. Cada um desses fatores abaixo mostram as principais oportunidades, considerações ou pontos de alavancagem para influenciar o planejamento territorial na região.

SOCIOCULTURAL

- ➔ A mídia desempenha um papel importante na educação do público. Atualmente, quando a mídia discute questões ambientais, inevitavelmente ela se concentra na região da Amazônia. Exemplos do que está acontecendo no Alto Vale do Itajaí são notavelmente ausentes na mídia,
- ➔ A Paisagem Natural é vista como improdutiva e desorganizada. Esse fato pode gerar uma aversão cultural com relação às paisagens florestais menos tratadas e mais diversificadas, características muito mais comuns em florestas tropicais (Mata Atlântica),
- ➔ Preocupação generalizada com relação à sucessão, não somente sucessão florestal mas também com relação à migração de jovens das fazendas para os centros urbanos para trabalharem,
- ➔ A educação ambiental desempenha um papel crítico em educar os jovens os quais em contrapartida educam seus pais.

ECONÔMICO

- ➔ Fazendeiros e agricultores são pressionados pelas principais partes interessadas (stakeholders) situadas no ponto superior da cadeia de fornecimento, ou seja, por aqueles que compram os seus produtos,
- ➔ Grandes compradores podem influenciar o que está acontecendo nas propriedades recusando-se a comprar de produtores que não estão em conformidade com o Cadastro Ambiental Rural.
- ➔ Será que o acesso de pequenos proprietários a fundos e empréstimos pode ser influenciado pelo cumprimento do Sistema de Registro Rural?

POLÍTICO

- ➔ Qual é o potencial impacto dos Ruralistas, grandes proprietários que se recusam a registrar suas terras junto ao Sistema de Registro Rural?
- ➔ Organizações governamentais e suas medidas exercem uma grande influência sob a forma como os pequenos agricultores e fazendeiros administrarão seus territórios. Será que uma abordagem mais integrativa pode ser promovida, construindo vínculos entre diferentes setores, em vez de permitir que cada setor aja em isolamento? Indivíduos em cargos públicos que possam oferecer suporte foi visto como imperativo para criar parcerias produtivas que sejam multisetoriais envolvendo diversas partes interessadas,
- ➔ O apoio do setor público para a ação coletiva, embora talvez cooperativas e associações de agricultores e fazendeiros fossem necessárias, dado que esses tendem a ser muito individualistas.
- ➔ Haverá a implementação das leis?

AMBIENTAL

- ➔ Pode ser dada maior ênfase sobre a importância do pagamento pelos serviços ecossistêmicos e ambientais,
- ➔ Melhor entendimento das relações rural-urbano deve ser fomentado nas zonas urbanas,
- ➔ Compreensão mais holística da relação entre práticas agrícolas, saúde humana e saúde do ecossistema (ex: doenças contagiosas, sobreutilização de pesticidas),
- ➔ Poderiam existir associações negativas com relação ao aumento da cobertura florestal (p.ex. atrair predadores de gado)?

Outras questões-chave levantadas além das 2 perguntas

- ➔ Há uma necessidade de desenvolver medidas para monitorar o progresso, embora uma definição exata sobre o que constitui sucesso e como ele deverá ser medido, exigirá uma discussão mais focada,
- ➔ Processos de diálogo são fundamentais pois como vimos nesse caso, através deles foi possível conectar pela primeira vez, indivíduos e entidades que estavam trabalhando separadamente em questões semelhantes.
- ➔ Necessidade de estabelecer um fórum permanente no Alto Vale do Itajaí para facilitar o intercâmbio entre os diversos grupos já envolvidos de alguma forma na gestão territorial da região.



Visitando áreas de plantio com fins econômicos da Apremavi



Visitando o viveiro da Apremavi



Visita de campo à Scheller Madeiras



Cachoeira no Parque Natural Municipal Mata Atlântica

Análise Prospectiva no Alto Vale do Itajaí

Embora essa reunião tenha sido um primeiro passo para promover a colaboração entre as diversas partes interessadas, para identificar interesses comuns, riscos e oportunidades, e para construir parcerias entre grupos que tenham interesses na Mata Atlântica, ainda há muito trabalho a ser feito. A fim de avançar os processos LUD no Alto Vale do Itajaí, os participantes identificaram várias questões-chave que exigem atenção:

- ➔ A necessidade de um fórum permanente no Alto Vale do Itajaí a fim de facilitar o intercâmbio entre as diversas entidades já envolvidas de alguma forma na gestão territorial da região.
- ➔ A utilização da palavra landscape foi vista como problemática por alguns participantes. Para muitos, essa palavra significa um foco na estética. Foi proposto que pode haver valor em se criar locais de demonstração, um laboratório vivo onde agricultores e fazendeiros pudessem visitar, e os quais demonstrassem o conceito de paisagem territorial, promovendo e influenciando mudança na região.
- ➔ Os participantes notaram a ausência de duas partes interessadas muito importantes: agronegócio e povos indígenas. É necessário mais esforço a fim de atrair empresas privadas às discussões com as comunidades locais.
- ➔ Colaboração e troca de conhecimento entre fazendeiros e agricultores foram vistas como característica fundamental para o planejamento a nível territorial. Entretanto tempo e recurso financeiro são os maiores impedimentos para que as colaborações sejam efetivamente realizadas.
- ➔ Há uma necessidade de que sejam desenvolvidos instrumentos para monitorar progresso resultante do diálogo.

Próximos passos a serem tomados pelo Diálogo Florestal Brasil

- ➔ **Julho de 2016** – Primeira reunião do grupo de acompanhamento criado a partir do diálogo com organizações locais a fim de articular outras atividades do LUD Brasil.
- ➔ **Julho de 2016** – Evento do LUD na reunião do Comitê sobre Florestas (COFO) em Roma.
- ➔ **Setembro de 2016** – Evento paralelo do LUD - Congresso Mundial da Conservação (CMI) de 2016, no Havaí.
- ➔ **Novembro de 2016** – Workshop para discutir os cenários 2030/50 do Alto Vale do Itajaí.
- ➔ **Dezembro de 2016** – Intercâmbio de informações e conclusões resultantes desse diálogo a grupos de outros territórios do Brasil que também estejam em risco.
- ➔ Principais desafios a serem considerados em futuros diálogos

No que se diz respeito aos futuros diálogos, foi salientado que o posicionamento físico é fundamental. O lugar a ser escolhido para o diálogo bem como o tipo de território disponível nesse determinado lugar, exerce uma grande influência sobre a experiência dos participantes. Além disso, futuras discussões devem incluir os principais desafios com relação à abordagem territorial, desafios esses que mesmo sendo comuns, ainda precisam ser melhor compreendidos e detalhados, tais como:

- ➔ De que forma podemos integrar as necessidades do setor público e privado ao território e fomentar parcerias público-privadas?
- ➔ De que maneira podemos reconciliar os objetivos muitas vezes concorrentes entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental?
- ➔ Como devemos defrontar com as barreiras institucionais que tradicionalmente dificultam a integração?
- ➔ De que forma medimos sucesso (ou fracasso) e como definimos se um território está sendo gerido de forma “sustentável”?

Reflexão final

Embora haja um crescente volume de trabalhos de pesquisa sobre abordagem territorial, ainda há escassez de exemplos extraídos do mundo real sobre como essa abordagem pode trazer melhorias territoriais tangíveis. Um dos fatores que impedem um melhor impacto territorial, especialmente em termos de questões de desmatamento e alterações no uso do solo, é a falta de um diálogo construtivo como base para explorar e conciliar perspectivas de diversas partes interessadas. Prosseguir com a iniciativa LUD para suprir essa necessidade, futuros diálogos na Tanzânia, Moçambique, Gana, Uganda, RDC, Chile, Laos e Índia, ajudarão a desenvolver exemplos provenientes do mundo real.



Co-presidente Wigold Schaffer no campo



Sessão do diálogo na Apremavi

Anexo 1 – Lista de Participantes

Diomir Allberton	Secretário de Agricultura de Atalanta
Oscar Artaza	Fórum Florestal Sul e Extremo Sul da Bahia
Robson Avi	Unidavi
James Bampton	RECOFTC
Osni Barbosa	Proprietário Rural
Valmir Batista	Amavi
Thiago Belote Silva	Ibio
Randes Bispo da Silva	Fastwat traduções
Chris Buss	IUCN
Sirlene Ceola	Apremavi
Ana Paula Coelho	Rio do Sul
Janaina Corrêa	Epagri
Ademir de Moraes	Proprietário Rural
Amity Doolittle	Yale University
Gary Dunning	TFD
Taís Fontanive	Apremavi
Juliane Garcia K. Justen	Epagri
Ariana Hammes	Apremavi
Grasiela Hoffmann	Apremavi
Xiaoting Hou Jones	IIED
Antônio Carlos Koerich	Proprietário Rural
Skip Krasny	Kimberly-Clark
Lauro Krunwald	Epagri
Vanessa Mafra	Uniasselvi
Diogo Martins	Amavi
Michelle Mendlewicz	TFD
Beto Mesquita	Conservação Internacional
Kathia Monteiro	Instituto Augusto Carneiro
Miguel Moraes	UICN
Edio Mouta	Amavi
Gabriel Murara	Amavi
Ivone Namikawa	Klabin
Luana Oliveira	Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura
Juarez Pedroso	Afubra
Antonio Pesenti	Proprietário Rural
Tarcisio Polastri	Prefeitura
Miriam Prochnow	Apremavi
Milton Pukall	Apremavi
Maria Dalce Ricas	Amda
João Paulo Roberti	Afubra
Maria Luiza S. Francisco	Apremavi
Edegold Schaffer	Apremavi

Anexo 1 – Lista de Participantes (continuação)

Edinho Schaffer	Apremavi
Wigold Schaffer	Apremavi
Rubens Scheller	Scheler Madeiras
Urbano Schmitt Jr	Apremavi
Valburga Schneider	Apremavi
Maurício Talebi Gomes	Associação Pró-Muriqui
Neimar Francisco Willimann	Cravil

Anexo 2 – Descrição das Visitas de Campo

Centro Ambiental Jardim das Florestas e Viveiro de Mudas de Árvores Nativas da Apremavi

A Apremavi é uma organização sem fins lucrativos, voltada para a preservação ambiental, fundada em 1987. Trabalha com atividades de educação ambiental, conservação da biodiversidade, planejamento de propriedades e paisagens, combate às mudanças climáticas, criação de unidades de conservação, estímulo à agricultura orgânica e proteção, restauração e uso sustentável da Mata Atlântica.

No Centro Ambiental Jardim das Florestas, inaugurado em 2013, são realizados cursos, seminários e eventos diversos, organizados pela Apremavi ou por instituições parceiras. O centro serve também de apoio para o programa de estágios da Apremavi.

Possui um viveiro de produção de mudas de árvores nativas com capacidade para produzir um milhão de mudas por ano, que são utilizadas na restauração de áreas degradadas, em especial matas ciliares e nascentes. O viveiro já produziu mais de 8 milhões de mudas, que foram plantadas pela Apremavi e por parceiros.

A restauração da Mata Atlântica tem sido uma das principais ações da Apremavi. Durante esses quase 30 anos de existência, a Apremavi já ajudou a restaurar milhares de hectares de áreas degradadas. Durante a visita será possível visitar algumas dessas áreas restauradas com diferentes metodologias e estágios de recuperação, inclusive o plantio de espécies nativas para fins econômicos.

Parque Natural Municipal Mata Atlântica

É uma unidade de conservação do município de Atalanta, criada no ano 2000. Possui 54 ha, preservando um importante remanescente de Mata Atlântica, que abriga diversas espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção. Numa parte da área do parque, até a década de 1960 funcionavam uma indústria de farinha de mandioca e uma serraria. Estas construções foram reformadas e abrigam um museu, um centro de visitantes, onde também funciona a secretaria municipal de meio ambiente e turismo. A gestão do parque é feita pela Apremavi em parceria com a Prefeitura municipal.

Seguindo a Trilha da Lontra chega-se a cachoeira Perau do Gropp, que é um dos maiores atrativos do parque, com 41m de queda livre envolta por uma linda vegetação. Esta trilha passa também por trás

da Cachoeira do Córrego Caçador com aproximadamente 18m. O parque é um dos principais atrativos de turismo ecológico da região, recebendo anualmente cerca de 4 mil visitas.

Scheller Madeiras

Fundada em 1983 por Miguel Scheller Filho, a Scheller Ind. e Com. de Madeiras Ltda. trabalha na atividade de fabricação de carretéis para fios e cabos, usando na sua produção apenas madeira de pinus. Vende seus produtos para o mercado interno e externo de diversos países: Estados Unidos, Alemanha, França, Espanha, Itália.

Para a realização dessas atividades, cultiva e mantém 550 hectares de reflorestamentos próprios. Além disso possui 278 hectares de florestas nativas.

Propriedades Rurais

O município de Atalanta é formado por aproximadamente 790 pequenas propriedades rurais. 98% dos imóveis tem menos de 50 hectares e apenas 2% tem entre 50 e 100 hectares. Durante o evento serão visitadas quatro propriedades rurais nas localidades de Ribeirão Matilde e Chapada do Ribeirão (os dados apresentados abaixo foram arredondados, para facilitar a descrição).

Propriedade de Antonio Carlos e Zenita Koerich

A propriedade possui 22ha, sendo que 12ha são utilizados para a agricultura. 5ha estão cobertos por matas nativas. As principais atividades são: plantio de milho, soja, feijão e cebola e criação de suínos, peixes e ovinos.

Propriedade de Antonio e Osnilda Pezenti

A propriedade possui 26ha, sendo que 16ha são utilizados para a agricultura, 3 ha com reflorestamento, 4ha estão cobertos por matas nativas. As principais atividades são: plantio de trigo, soja e cebola. Além disso tem milho, batata-doce, mandioca, produção de leite e criação de suínos e aves, para o consumo. Realizou plantio de restauração de área de preservação permanente.

Propriedade de Osni e Lurdes Barbosa

A propriedade possui 28ha, em 7ha são plantados soja e trigo e no restante eles cultivam milho, feijão, batata-doce e mandioca para subsistência. Na área foram plantadas milhares de mudas de árvores nativas para restauração de áreas degradadas e também para implantação de um sistema de plantio de frutíferas nativas para produção integrada de galinhas.

Propriedade de Ademir e Nilva de Moraes

A propriedade possui 17ha, na qual 6ha são utilizados para a agricultura, 2 ha com reflorestamento, 4ha com pastagens e 4ha estão cobertos por matas nativas. As principais atividades são: pecuária de leite, novilhas e bezerros e plantio de milho para produção de silagem e feijão. Realizou plantio de restauração de área de preservação permanente.